

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

PAULA DOS SANTOS FLORES

COMUNICAÇÃO E DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES NA DOCUMENTAÇÃO DO  
PARLAMENTO DE PARIS (1400-1435)

PORTO ALEGRE  
2018

Paula dos Santos Flores

Comunicação e difusão de informações na documentação do  
Parlamento de Paris (1400-1435)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como  
requisito parcial para a obtenção do título de  
Licenciatura em História, pelo Curso de História da  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Cybele Crossetti de Almeida

PORTO ALEGRE  
2018

Paula dos Santos Flores

Comunicação e difusão de informações na documentação do  
Parlamento de Paris (1400-1435)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como  
requisito parcial para a obtenção do título de  
Licenciatura em História, pelo Curso de História da  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Cybele Crossetti de Almeida

Aprovado em

BANCA EXAMINADORA

---

Dr<sup>ª</sup>. Carlinda Maria Fischer Mattos – Museu Hipólito José da Costa

---

Me. Fernando Ponzi Ferrari - UFRGS

PORTO ALEGRE  
2018

## RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo discutir os veículos de difusão de informação utilizados durante a primeira metade do século XV na França. Através da documentação produzida no Parlamento de Paris entre 1400 e 1435, é possível observar as formas de comunicação e sua influência na dinâmica política do período. A crescente centralização do poder político juntamente com as constantes ausências do monarca tornaram necessário que o aparelho de administração do reino se organizasse. Nesse sentido, o estabelecimento de um sistema de comunicação foi constituído. Em Paris, as notícias circulavam através de cartas ligadas às chancelarias, instituições especializadas na redação, emissão e acondicionamento destas missivas. O baixo índice de alfabetização restringiu a circulação de escritos a um pequeno círculo de nobres e clérigos. Entretanto, isso não significa que as informações estivessem restritas apenas a este grupo. Algumas cartas eram copiadas e enviadas para todo o reino para sua leitura pública em praças e igrejas. Além disso, sermões, procissões e orações públicas também eram utilizados como forma de difundir informações e pontos de vista. Esses recursos introduzem a oralidade como meio de transmissão das informações e ampliam o número de pessoas atingidas.

Palavras-chave: Comunicação; Parlamento de Paris; Armanhaques e Borguinhões.

## **ABSTRACT**

This research aims to discuss information vehicles used during the first half of the fifteenth century in France. Through the documentation produced in the Paris Parliament between 1400 and 1435, it is possible to observe the forms of communication and their influence in the political dynamics of the period. The growing centralization of political power allied with the monarch's constant absences made it necessary the organization of administration's apparatus. In this sense, the establishment of a communication system was constituted. In Paris, the news circulated through letters linked to the chancelleries, institutions specialized in the writing, issuing and packaging of these missives. The low literacy rate restricted the circulation of writings to a small group of nobles and clerics. However, this does not mean that information was restricted to this circle. Some letters were copied and sent throughout the kingdom for public reading in squares and churches. In addition, sermons, processions and public prayers were also used as a way of disseminating information and points of view. These resources introduce orality as a means of transmitting information and increase the number of people reached by the information.

Key-words: Communication; Parliament of Paris; Armagnac and Burgundian.

## Sumário

INTRODUÇÃO.....	1
Referencial teórico-metodológico.....	3
Fontes.....	5
CAPÍTULO 1 – COMUNICAÇÃO ESCRITA .....	8
Cartas .....	9
Conclusão.....	15
CAPÍTULO 2 - COMUNICAÇÃO NÃO-ESCRITA .....	16
Procissões.....	20
Conclusão.....	22
CONCLUSÃO.....	24
BIBLIOGRAFIA .....	26
Fontes.....	26
Bibliografia .....	26

## INTRODUÇÃO

Em 1993, Avignon sediou o 24º Congresso da Sociedade de historiadores medievalistas de ensino superior público, evento que teve como tema a circulação de notícias na Idade Média. O texto de introdução das atas do congresso ficou sob a responsabilidade do medievalista francês, Phillipe Contamine. Suas palavras fazem tanto sentido hoje quanto à época.

Já foi dito e até repetido: quer queiram ou não, estejam eles conscientes ou não, os historiadores, na escolha de seus temas, seus períodos, seus espaços, sempre foram influenciados por ambiente mental em que evoluíram, ou seja, pelos problemas do seu tempo. Talvez essa tendência seja ainda mais marcante em uma época como a nossa, quando os historiadores se veem, mais do que no passado, moralmente obrigados a questionar e justificar sua atividade perante a comunidade científica, as autoridades públicas e a opinião pública. Para os historiadores, pede-se hoje, com mais insistência do que antes, que acrescentem regularmente a dimensão do passado às questões contemporâneas<sup>1</sup>.

Hoje, vivemos uma época em que a pesquisa histórica necessita ser justificada diante da opinião pública. E o questionamento que ela sofre não está relacionado com sua função social, mas com sua própria legitimidade. Além disso, encaramos um período em que a influência dos meios de comunicação sobre a política é inegável.

Os problemas do nosso tempo, inevitavelmente, influenciam a forma como percebemos os objetos de pesquisa. Comunicação, difusão e veracidade das notícias e propaganda foram temas de destaque neste ano. Entretanto, sua utilização como ferramenta na disputa por influência política não é uma novidade do período contemporâneo.

Na Idade Média, a propaganda e o controle das informações foram recursos utilizados pela nobreza francesa em disputa pela hegemonia do poder na corte de Carlos

---

<sup>1</sup> On l'a dit et même répété: qu'ils le veulent ou non, qu'ils en soient conscients ou non, les historiens, dans le choix de leurs sujets, de leurs périodes, de leurs espaces, ont toujours été influencés par l'environnement mental dans lequel ils évoluaient, autrement dit par les problèmes de leur temps. Peut-être cette tendance est-elle encore plus marquée à une époque comme la nôtre où les historiens se voient plus qu'autrefois moralement obligés de se mettre en question et de justifier leur activité auprès de la communauté scientifique, de la puissance publique et de l'opinion. Aux historiens il est demandé, aujourd'hui avec plus d'insistance qu'autrefois, d'ajouter régulièrement la dimension du passé aux interrogations contemporaines. CONTAMINE, 1993, p.11, tradução nossa.

VI. Em minha dissertação de mestrado, intitulada “Armanhaques e Borguinhões: um estudo sobre Guerra, Política e Propaganda na Idade Média”, procurei compreender a dinâmica política do final do período medieval, a partir da propaganda e mecanismos de legitimação utilizados durante a guerra civil francesa, ocorrida entre 1407 e 1435.

Como resultado dessa investigação, foi possível identificar a propaganda sendo utilizada pela nobreza francesa como instrumento para obter apoio e legitimar determinadas ações. Apesar indícios evidentes de sua utilização como um recurso durante o período medieval, o uso desse conceito ainda encontra bastante resistência entre historiadores e mesmo entre medievalistas. As críticas centram-se principalmente na ausência de veículos de comunicação em massa, associando a propaganda ao surgimento da imprensa no século XVII.

No mestrado, explorei a difusão de informações estritamente relacionada com a propaganda, identificando formas de transmissão alternativas à imprensa. Entretanto, a comunicação no período medieval, é um campo muito vasto e algumas de suas formas não foram exploradas. Assim, esta pesquisa tem como objetivo discutir as formas de comunicação na França do século XV e terá como problema de pesquisa a seguinte questão: como se dava a difusão de informações no período medieval?

A pergunta é bastante ampla e o tema não será esgotado nesta pesquisa. Portanto, o objetivo deste trabalho é demonstrar a capacidade de comunicação e difusão de notícias antes da invenção da imprensa. Para tanto, serão discutidos a circulação de informações em suporte escrito e oral.

O recorte cronológico da investigação foi limitado pelas fontes selecionadas: os registros do Parlamento de Paris escritos por Nicolas de Baye e Clément de Fauquembergue. Portanto, o marco inicial é 1400, ano em que o primeiro iniciou suas atividades como escrivão do Parlamento e o marco final, 1435, ano do último registro de Fauquembergue. O recorte geográfico é Paris, cidade onde foram escritos os documentos acima mencionados, cidade onde os escrivães do Parlamento de Paris viveram e participaram da complexa rede de difusão de informações.



## Referencial teórico-metodológico

Os estudos sobre a comunicação no período medieval têm como pioneiro Yves Renouard que, em 1937, analisou a expedição de correio pelos Papas de Avignon<sup>2</sup>. Em 1961, sua síntese sobre o tema, “*Information et transmission des nouvelles*”, integrou o livro *L’histoire et ses méthodes* organizado por Charles Samaran e serviu de base para vários trabalhos posteriores.

Neste texto, Renouard discutiu os fatores técnicos e econômicos que condicionavam a difusão das notícias no período medieval, tais como a variação da velocidade dos mensageiros em relação aos diferentes terrenos, o custo da manutenção de um sistema de correios, o uso de cavalos, entre outros. Os aspectos técnicos avaliados por Renouard demonstraram o empenho das autoridades no estabelecimento de uma rede de comunicações eficiente, dentro das limitações dos recursos tecnológicos da época.

A partir das considerações técnicas referentes à comunicação, estudos posteriores exploraram seu alcance e influência na dinâmica política da França do final do período medieval. Destaco aqui as pesquisas de Nicole Pons *Information et rumeurs: quelques points de vue sur des événements de la Guerre civile en France*, de 1997, e de Claude Gauvard, *Qu’est-ce que l’opinion avant l’invention de l’imprimerie*, de 2008.

Nicole Pons discutiu a difusão de informações durante a guerra civil entre armanhaques e bourguinhões através da comparação entre os escritos dos cronistas e as cartas de mercadores italianos e registros do Parlamento de Paris. Cada um desses documentos possuía uma finalidade distinta e esta impactava no tempo destinado a elaboração e ao processo de escrita.

Assim, por exemplo, as cartas remetidas aos comerciantes tinham a necessidade de agilidade, de garantir a atualização em relação a situação da corte francesa e com isso minimizar o risco de prejuízo. De forma oposta, os escritos de cronistas e propagandistas tinham como objetivo o convencimento de um grupo e, para tal fim, os

---

<sup>2</sup> CONTAMINE, 1993, p.12.

relatos eram elaborados de forma a corroborar com determinada perspectiva. A partir dessas considerações, Pons problematizou a intencionalidade do processo de escrita.

Na análise dos textos escritos durante a disputa entre armanhques e borguinhões, Pons identificou estratégias de obtenção de apoios através de uma “apresentação orientada dos fatos”<sup>3</sup>. Tal prática nos leva diretamente ao questionamento sobre o uso de propaganda de guerra neste contexto: seria possível utilizar este conceito para nomear as estratégias de convencimento e de cooptação de apoios utilizados pelos nobres em disputa?

Visto que a principal crítica ao uso do conceito de propaganda aplicado ao período medieval está na ausência de veículos de comunicação em massa, a problematização recai sobre a forma de difusão de notícias. Mais uma vez, voltamos ao texto de Renouard, mas aplicado a formação da *opinião pública*, conceito intimamente ligado ao de *propaganda* e que também recebe críticas quanto ao seu uso para compreensão de fenômenos ocorridos na Idade Média.

No texto *Qu'est-ce que l'opinion avant l'invention de l'imprimerie*, Claude Gauvard discute a possibilidade e as implicações da utilização do conceito de opinião pública. Este fenômeno estaria ligado à capacidade dos indivíduos de trocar conhecimentos e saberes<sup>4</sup> e, portanto, a formação da opinião estaria necessariamente ligada a capacidade de difundir, de comunicar.

A partir dessa definição, Gauvard discute os fatores que poderiam limitar a comunicação, tais como a variação no idioma. Ainda que tenha se desenvolvido uma língua administrativa no começo do século XII, o reino da França possuía uma divisão entre langue d'Oc e langue d'Oil<sup>5</sup>. Tal variação linguística impediu a formação de um idioma comum, mas não a comunicação. Assim como as variações de dialetos conhecidas nos idiomas modernos, apesar das diferenças regionais, a base comum do idioma permitiu o entendimento entre os indivíduos.

Além da capacidade de compreender o idioma do texto, a difusão de informações através de escritos possui um requisito fundamental: a habilidade de ler.

---

<sup>3</sup> PONS, Nicole. Information et rumeurs: quelques points de vue sur des événements de la Guerre civile en France (1407-1420). In.: *Revue Historique*, T. 297, Fasc. 2 (602) (AVRIL-JUIN 1997), p. 416.

<sup>4</sup> GAUVARD, Claude. Qu'est-ce que l'opinion avant l'invention de l'imprimerie. In: *Rendez-vous de l'Histoire*, Nantes: Editions Pleins Feux, 2008, p. 21.

<sup>5</sup> GAUVARD, 2008, p. 22.

Gauvard postula que, nos últimos dois séculos do período medieval, as informações essenciais relacionadas com a administração real eram transmitidas através de cartas<sup>6</sup>. Dessa forma, para além do estabelecimento de uma linguagem em comum, a capacidade de leitura e escrita constituía um fator limitador da circulação de informações escritas. Entretanto, uma série de veículos atuavam de forma a replicar as notícias oralmente. Assim, a importância de artistas itinerantes, trovadores, cantores, atores, que circulavam pelo reino interpretando canções e peças, que poderiam estar carregadas de conteúdo político<sup>7</sup>.

Gauvard também destaca a importância dos membros das ordens mendicantes que, a partir do século XIII, apareceram como mediadores entre o escrito e o oral. Sua atuação estava relacionada com a leitura de documentos e com a difusão de informações através das pregações. Durante o conflito entre armanhaques e borguinhões, pregadores regulares e seculares serviram como intermediários na formação da opinião, devido a sua reputação de “bien dire”<sup>8</sup>. Isso significa que, além de difundirem as informações, sua reputação favorecia sua credibilidade diante daqueles que os ouviam.

Assim, temos a evidência da circulação de informações através do suporte escrito e do oral, o que indica a possibilidade de comunicação, da troca de informações. E, mesmo com suas limitações e deficiências, existiam sistemas que permitiam que as pessoas se comunicassem.

## **Fontes**

Esta pesquisa utilizou como fontes primárias os registros de dois escrivães do Parlamento de Paris: Nicolas de Baye e Clément de Fauquembergue. Os textos foram transcritos e publicados em 1815 e 1885, respectivamente, pelo historiador e arquivista francês Alexandre Tuetey.

---

<sup>6</sup> GAUVARD, 2008, p. 36.

<sup>7</sup> MELLO, José Roberto de Almeida. Poesia política e relações anglo-francesas no século XIII. In: *Revista de História*, USP, n. 119 (jul/set 1985-1988), p. 212.

<sup>8</sup> GAUVARD, 2008, p. 33-34.

O Parlamento de Paris tinha a competência de administrar a justiça no reino, de forma soberana e capital, representando o rei.<sup>9</sup> O Parlamento era responsável por avaliar as requisições enviadas ao rei. “Aquelas endereçadas à jurisdição graciosa eram entregues aos ‘mestres de requisições do palácio’”<sup>10</sup>. As demais solicitações ficavam sob responsabilidade da Câmara de Requerimentos que, “com uma estrutura mais leve, deveria trabalhar com rapidez. Encarregada de receber as requisições dos apelantes, os membros desta Câmara deveriam estabelecer a validade das requisições e verificar se constituía matéria de competência do Parlamento”<sup>11</sup>.

A Grande Câmara era representante da unidade da instituição e exercia autoridade incontestada<sup>12</sup>. “Diante dela se abriam todos os processos, se desenrolam todas as defesas e eram dadas todas as sentenças”<sup>13</sup>. Dentre suas competências estava a de julgar em primeira instância as causas concernentes a pessoas importantes do reino, ou seja, causas tocantes ao rei, à Universidade e todas as pessoas ou comunidades sob salvaguarda real. Ela também era responsável, em instância de recurso, pela revisão dos processos julgados por bailios, senescais e outras câmaras.

Até 1515, o Parlamento de Paris possuía apenas o registro civil, chefiado por um escrivão-chefe, cargo exercido por Nicolas de Baye entre 1400 e 1416, quando solicitou sua saída do cargo por motivos de saúde. Baye foi sucedido por Clément de Fauquembergue que atuou como conselheiro entre 1410 e 1417, quando assumiu o cargo de escrivão que ocupou até 1435.

Além do registro das atividades do Parlamento, o escrivão era responsável por receber e guardar as somas depositadas ao Parlamento, registrar as decisões tomadas nas câmaras, executar testamentos e redigir e expedir cartas<sup>14</sup>. Os documentos produzidos são chamados de *Journal* e contêm anotações dos eventos importantes do Parlamento, decisões, atribuições de tarefas e os acontecimentos da cidade de Paris. Os textos foram

---

<sup>9</sup> “Attendu l’estat de la Court dessudict, qui est souverainne et capital et representans le Roy sans moien, et tenue de faire la justice.” BAYE, Tomo II, p. 100.

<sup>10</sup> AUBERT, Felix. *Le Parlement de Paris, de Philippe le Bel à Charles VII*. Genebra: Megarotus Reprints, 1977, p. VIII.

<sup>11</sup> GUILLOT; RIGAUDIÈRE; SASSIER, 1998, p. 224.

<sup>12</sup> AUBERT, 1977, p. VI.

<sup>13</sup> Devant ele s’ouvrait nécessairement tout procès, se déroulaient toutes les plaidories et étaient rendus tous les arrêts. Pivot de l’institution. AUBERT, 1977, p. VI.

<sup>14</sup> AUBERT, Felix. *Histoire du Parlement de Paris de l’origine a François I<sup>er</sup> 1250- 1515*. Paris: Alphonse Picard et Fils editeurs, 1894, p. 271.

produzidos no Registro (*Greffe*) do Parlamento, instituição que remonta ao reinado de São Luís, quando as decisões começam a ser registradas em cadernos.

Com uma ampliação das atividades administrativas decorrentes do processo de centralização do poder, houve o aumento produção de escritos. Dessa forma, o registro foi organizado a partir da necessidade de gerir um grande e crescente número de documentos. Seus funcionários, os escrivães, têm sua origem nos notários do rei, que tinham a responsabilidade de tomar nota dos acontecimentos ocorridos durante as audiências<sup>15</sup>.

As anotações feitas por Baye e Fauquembergue compreendem eventos fora da rotina de trabalho do Parlamento. Tanto Baye quanto Faquembergue escreveram durante o conflito entre armanhaques e borguinhões, entre 1411 e 1436, e por sua posição no Parlamento puderam testemunhar os principais eventos da disputa. Os textos produzidos pelos escrivães registram os eventos políticos, climáticos e fornecem um panorama da situação parisiense.

---

<sup>15</sup>AUBERT, Felix. *Le Parlement de Paris, de Philippe le Bel à Charles VII (1314-1422): son organization*. Genebra: Megariotis Reprints, 1974, p. 268 e 271.

## CAPÍTULO 1 – COMUNICAÇÃO ESCRITA

O começo do século XV foi um momento de grande agitação para a sociedade francesa, especialmente para os habitantes de Paris, capital e centro de poder do reino. Além do conflito com a Inglaterra, a Guerra dos Cem Anos, e com o Papado, a França foi palco de lutas internas que dividiram a nobreza em dois núcleos principais: armanhaques e borguinhões. Nesse contexto de disputas externas e internas, a circulação de informações era fundamental, não apenas para o controle das movimentações militares, mas também para garantir o bom funcionamento do comércio e da administração do reino.

A organização de uma administração real, capaz de aplicar seu poder, foi particularmente importante durante o reinado de Carlos VI (1380-1422). O monarca, conhecido como “o Bem Amado”, também recebeu a alcunha de “o Louco” por sua saúde mental instável e episódios em que ficava completamente incapacitado de governar, o que possibilitava que o poder fosse exercido pela nobreza que o cercava.

Por esse motivo, seu reinado é um período de extremo interesse para o estudo do desenvolvimento do Estado, pois “é, de fato, o momento onde se apresenta um estado burocrático do ponto de vista judiciário e financeiro. Sobretudo, este estado burocrático se mostra capaz de resistir às longas carências da pessoa real vítima de uma dolorosa loucura”<sup>16</sup>.

Em termos de comunicação, temos aqui dois fatores determinantes: a importância da difusão das notícias em um período de desenvolvimento das instituições e de formação de um aparato de administração real. E, ao mesmo tempo, em um contexto de guerras, onde a informação era crucial não apenas para os grupos beligerantes, mas para toda a sociedade.

No âmbito da administração real, a partir do século XIII, as chancelarias tornaram-se comuns<sup>17</sup>. A chancelaria real centralizava a produção de escritos e para tanto contava com uma equipe de redatores, cuja função era tomar notas e redigir os textos sob

---

<sup>16</sup> GAUWARD, Claude. Le roi de France et l'opinion publique à l'époque de Charles VI. In: *Culture et idéologie dans la genèse de l'État moderne*. Actes de la table ronde de Rome (15-17 octobre 1984), Rome: École Française de Rome, 1985, p. 355-356.

<sup>17</sup> GAUWARD, 2008, p. 36.

responsabilidade do chanceler<sup>18</sup>. Na França, no começo do século XV, o chanceler acumulava também o poder sobre o Parlamento de Paris, onde as cartas eram lidas e registradas.

## Cartas

No dia 03 de agosto de 1412, Nicolas de Baye registrou a corte recebeu carta “fechada do Rei nosso senhor estando em Aucerre, e o senhor Dauphin, seu filho mais velho e outros senhores de seu sangue estavam com ele, como foi dito, das cartas cujo teor se segue”<sup>19</sup>. A carta foi escrita em um momento de hostilidades entre armanhaques e borguinhões, o conflito tomou contornos de guerra civil em 1411 e envolveu grande parte da comunidade do reino. Em 1412, durante o cerco à cidade de Bourges, foram acordados os termos de uma trégua e, em agosto do mesmo ano, o tratado foi firmado em Auxerre<sup>20</sup>. O texto da carta real se refere aos preparativos para estabelecimento da paz.

O conteúdo completo da carta foi transcrito por Baye e nos fornece elementos para analisar o contexto conflituoso em que este documento foi produzido e as características desse meio de comunicação.

---

<sup>18</sup> GUILLOT; RIGAUDIÈRE; SASSIER, 1998, p.166.

<sup>19</sup> “cedit jour a la Court receue lettres closes du Roy nostre Sire estant à Aucerre, et monseigneur le Dauphin, son ainsné filz, et autres seigneurs de son sanc estans avecques luy, comme l’en dit, desquelles lettres la teneur s’ensuit”. BAYE, Tomo II, p.79, tradução nossa.

<sup>20</sup> “Ce jour, messire H. de Marle, president ceans, et vj autres des seigneurs de ceans qui estoient alé à la Aucerre au mandement du Roy nostre Sire, retournez, ont relaté à la Court que sur le tractié de la paix d’entre le duc de Brougoingne, d’une part, et les ducs d’Orleans et ses freres tant a esté procedé que en plain conseil où presidoit monseigneur le Dauphin audit lieu, presens les pers de France, les ducs de Berry, de Bourbon, de Bar et moult dautres seigneurs du sanc royal, barons, chevaliers, escuiers et bourgoiz des bonnes villes, et ceulx qui envoiez y avoient este de par l’Université de Paris, lesdiz seigneurs ont fait, promiz et juré solennelment, les Sains Évangiles et la coix touchés, pais entr’eulx selon la forme de certainne cedule ilecques leue. Et pour ce que c’est noul grant grace de Dieu el moult gran joie à ce royaume, a esté ordonné que l’en chanteroit *Te Deum* par toutes les eglises. Si ont esté mandez l’official de Paris et le doien de chapitre pour ce mander aux eglises, et ainsy a esté fait. Et oultre a esté ordonné que, lundi prouchain, sera faicte procession generale”. BAYE, Tomo II, p 83. SCHNERB, 2001, p. 160.

Pelo Rei, como por reduzir nossa obediência (sic) alguns de nosso sangue e linhagem e outros, que contra nós e os comandos por nós feitos por nossas cartas patentes e de outras formas, em nosso reino cometeram empreendimentos para nosso grande desprazer, trouxemos grande companhia de homens de guerra ao país de Berry e diante da cidade de Bourges, onde nos estivemos por algum tempo, como vocês já sabem, durante o qual, pelo bem de nosso reino e alívio de nossos súditos, nos ordenamos, por conselho de nosso querido e amado filho mais velho Duque de Guienne, Delphin de Viennoiz, e outros de nosso sangue e nosso Conselho, coisas que, ao prazer de Deus serão a paz e tranquilidade de nosso reino; por essas coisas coloca em segurança, pelo nosso bem e de nosso reino e de todos nossos súditos, nos ordenamos e nos estaremos em nossa cidade de Aucerre no dia 10 de agosto próximo vindouro, em tal dia nos faremos convocar grande número daqueles de nosso sangue e de nosso Conselho, prelados, nobres e pessoas notáveis das bonnes villes de nosso reino, nos vos mandamos e ordenamos expressamente que, essa cartas, sejam eleitos entre vós 6 pessoas notáveis e um presidente de nosso Parlamento, e esses representantes enviados para junto de nós na companhia de nosso primeiro presidente deste Parlamento, no dito dia e local de Aucerre, aos quais também, por essas mesmas cartas, e a cada um deles, nós mandamos que eles venham para nos aconselhar sobre as coisa já ditas. De Aucerre, penúltimo dia de julho. Assinado: Charles<sup>21</sup>.

Já no primeiro item do documento, observamos a expressão *par le Roy*, um indicativo de que sua redação foi ordenada pelo próprio monarca. Visto que a documentação real era de responsabilidade da chancelaria, sua expedição poderia ser ordenada pelo chanceler. Dessa forma, a distinção entre os textos escritos sob ordem direta do rei era a indicação “*par le Roy*”, enquanto aqueles cuja elaboração foi ordenada pelo chanceler eram acompanhados da expressão “*par vous*”<sup>22</sup>.

---

<sup>21</sup> “De par le Roy, nos amez et feaulx, comme pour reduire à nostre obeyssance aucuns de ceulx de nostre sang et linage et autres, qui contre nous et les commandemens à eulx faiz de par nous par nos letres patentes et autrement, avoient em nostre roiaume fait et commiz pluseurs entreprises à nostre grant desplaisir, nous, à grant compaignie des gens de guerre nous soions trais ou paiz de Berry et jusques devant de la ville de Bourges, où nous avons este par aucun temps, comme vous savez assez, durant lequel, pour le biem de nostredit roiaume et relievemens de noz subgiez, nous ayons, par l’adviz de nostre très cher et très amé ainsné filz le duc de Guienne, Dauphin de Viennoiz, et autres de nostre sang et nostre Conseil, ordonné certainnes choses qui, au plaisir de Dieu, seront à la paix et tranquillité de nostredit royaume; pour lesquelles choses mettre en seurté, au bien de nous et de nostredit royaume et de tous nosdis subgiées, nous ayons ordonné et nous soyons disposé estre en nostre ville et cité de Aucerre le Xe jour d’aoust prochain venant, auquel jour nous ayons fait convoquer grant nombre de ceulx de nostre sang e de nostre Conseil, prelas, nobles et notables personnes des bonnes villes de nostredit royaume, nous vous mandons et enjoignong expressement que, ces letres veues, vous eslisiés entre vous vj notables personnes et un presidente de nostre Parlement, et iceulx deputez et envoyez par devers nous avecques et en la compaignie de nostre premier presidente d’icellui Parlement, audit jour et lieu d’Aucerre, auxquelx aussy, par ces mesmes letres, et à chascun d’eulx, nous mandons qu’ilz y viegnent et y soient pour nous conseiller er choses dessusdictes et gardez bien que en ce n’ait faulte. Donné audit jour, d’Aucerre, le penultieme jour de juillet.

Signé: CHARLES”. BAYE, Tomo II, p. 79-80, tradução nossa.

<sup>22</sup> GUILLOT; RIGAUDIÈRE; SASSIER, 1998, p.164.



A importância do documento acima transcrito está representada na indicação de seu emissor. A ordem para escrever a carta partiu diretamente do rei, que estava tentando aplacar o conflito entre os senhores de sangue real, cujos atos de guerra lhe causam grande descontentamento.

O texto, portanto, é um comunicado e transmite uma informação sobre a vontade do rei sobre determinada matéria, sua função é conectar o rei e os demais braços da administração. Esse tipo de documento, genericamente chamado de carta, poderia apresentar variações quanto a sua função e alcance. A missiva, exemplificada no texto transcrito acima, é uma ferramenta utilizada pelo monarca para administração do reino, entretanto, não está relacionada com o poder normativo. Seu alcance é restrito, sendo dirigido a um indivíduo ou a um grupo limitado de pessoas<sup>23</sup>.

Ao contrário das cartas, as ordenanças reais eram endereçadas a um grande número de indivíduos ou a um território e tinham poder de normatização. O texto também era de responsabilidade do Chanceler e sua elaboração passava pelo Conselho do rei. Após a finalização do documento e aposição do selo real, este era enviado ao Parlamento de Paris para sua leitura, publicação e registro<sup>24</sup>.

Em 1413, o Parlamento teve sessão com a presença do rei e demais membros da nobreza. Nessa ocasião, foram lidos trechos de ordenanças reais “feitas e aconselhadas por certos comissários encarregados pelo Rei pela reforma do bem e proveito do Rei e dos senhores, do bem público de todo o reino”<sup>25</sup>. Após a leitura do documento, foi ordenado que os senhores presentes confirmassem e jurassem obedecer seus termos e seu conteúdo fosse multiplicado em cartas para serem enviadas e colocadas em diversos lugares<sup>26</sup>. Além disso, os registros de deliberações mencionam precisamente se as cartas recebidas pelas cidades eram destinadas a ser objeto de leitura pública, ou seja, alguns desses documentos estavam destinados a um público mais amplo<sup>27</sup>.

A publicidade das ordenanças era necessária para que a normatização estabelecida pelo rei fosse conhecida por seus súditos. Entretanto, a publicidade também era um fator fundamental para outro tipo de documentação: a propaganda. Uma parte

---

<sup>23</sup> GUILLOT; RIGAUDIÈRE; SASSIER, 1998, p.144.

<sup>24</sup> GUILLOT; RIGAUDIÈRE; SASSIER, 1998, p.145.

<sup>25</sup> “[...] faites et advisées par certains commissaires deputez de par le Roy sur la reformation du bien et prouffit du Roy et des seigneurs, du bien publique de tout le royaume.” BAYE, Tomo II, p.115.

<sup>26</sup> “fussent de ce multipliées lettres contenens icelles pour les envoyer et mettre en diverses lieux” BAYE, Tomo II, p.115.

<sup>27</sup> GAUVARD, 2008, p. 36-37.

significativa da disputa entre armanhaques e borguinhões ocorreu através de cartas publicadas pelo reino.

Clément de Faquembergue registrou a iniciativa do Duque de Borgonha ao enviar cartas com suas denúncias contra seus inimigos e ordenar que os documentos fossem afixados nas portas das igrejas.

Certas cartas patentes enviadas de Ruão encontradas afixadas nas portas de algumas igrejas, seladas com o selo do duque de Borgonha e assinadas de sua mão, como dito, contendo ameaças de fogo e sangue contra aqueles que governam agora pelo Rei e em seu entorno, que ele chama de aves de rapina, tiranos, traidores, envenenadores e assassinos, e seus apoiadores <sup>28</sup>.

Ao longo do texto do *Journal* do Parlamento, encontramos diversos relatos de textos copiados e enviados para todo o reino para sua leitura pública em praças e igrejas. Esses poderiam ter sua origem na chancelaria real ou nas cortes de nobres interessados em difundir sua perspectiva sobre algum assunto em disputa.

Os frequentes registros de leitura pública das cartas são indício da importância da difusão das informações para a comunidade. Com a introdução de uma pessoa para fazer a leitura pública dos textos, a limitação imposta pela alfabetização acaba diminuindo. Isso significa que as cartas podem ser entendidas como um veículo de comunicação que poderia ser utilizado para informar a um público maior que o grupo de pessoas alfabetizadas.

Entretanto, não podemos extrapolar essa consideração para a ideia de uma democratização do acesso à informação ou superestimar a eficiência da circulação destes documentos. Além da alfabetização dos destinatários e da possibilidade de leitura para aqueles não-alfabetizados, existem outros fatores que devem ser considerados na análise da utilização das epístolas como canal de difusão de notícias.

---

<sup>28</sup> “Certaines lettres patentes envoyées de Rouen et trouvées ataches aux portes d'aucunes eglises d'ilec, seellées du petit seel du duc de Bourgongone et signées de sa main, comme l'en dist, contenans menasses de feu et de sang contre ceulx qui gouvernent à present par deça et entour le Roy, qu'il appelle rapineurs, dissipeurs, tirans, traistres, empoisonneurs et murtriers, et leurs adherens. Et ont esté icelles lettres leues in dicta Camera, palam omnibus, et retenu copie, et l'original rendu audit Chancelier”. FAUQUEMBERGUE Tomo I, p. 17-19, tradução nossa.

Dentre os fatores objetivos, temos aqueles inerentes aos trajetos percorridos pelos mensageiros. Mesmo com o uso de cavalos, a distribuição das correspondências era feita através da força humana e estava sujeita a elementos que condicionavam sua eficiência. A velocidade de um correio rápido, por exemplo, era cortada pela metade quando o trajeto era montanhoso<sup>29</sup>. Além disso, as condições climáticas também poderiam retardar os mensageiros, presos em tempestades ou em caminhos lamacentos.

Além dos fatores relacionados com o percurso, a velocidade da circulação da notícia também poderia ser afetada por fatores subjetivos, tais como, o conteúdo do documento e o poder do remetente ou do destinatário<sup>30</sup>. Mensageiros poderiam ser subornados para atrasar a entrega de determinado documento ou mesmo para entregar uma carta falsa<sup>31</sup>.

A figura do mensageiro era muito importante no sistema de comunicação medieval. Eles deveriam estar aptos para lutar contra os perigos e ameaças para garantir a chegada das correspondências. Apesar dos riscos inerentes à tarefa, eles também poderiam gozar de um status elevado. Segundo Gauvard, o estatuto dos mensageiros era muito variável, ele poderia se confundir, na base da escala social, com os criados. Entretanto, no meio urbano, ele estava sob ordens do secretário geral da chancelaria e arquivista do conselho urbano e era um tipo de pedra angular do sistema de informação. Por vezes, seu papel de transmissor de mensagens se confunde com o de um embaixador, pois seu mestre poderia lhe incumbir de defender um ponto de vista e obter uma resposta<sup>32</sup>.

Os mensageiros poderiam ser empregados por indivíduos, pessoas com grande fortuna, ou pelas cidades. Não podemos perder de vista o fato de que o custo deste tipo de comunicação era um fator importante a ser considerado. A informação constituía uma rubrica orçamentária importante para as cidades.

Como destinatárias das correspondências, algumas cidades eram privilegiadas em função de sua importância e poder. Paris, obviamente, como capital do reino e centro do poder, era o principal destino das correspondências. Além desta, a

---

<sup>29</sup> GAUVARD, 2008, p. 26.

<sup>30</sup> GAUVARD, 2008, p. 27.

<sup>31</sup> GAUVARD, 2008, p. 37.

<sup>32</sup> GAUVARD, 2008, p. 40.

documentação do Parlamento constantemente se refere às *bonne villes* do reino como destinatários mais visados durante a guerra civil.

Estas desfrutavam de um estatuto diferenciado como interlocutoras privilegiadas do reino. A noção de *bonne ville* não corresponde apenas a critérios de riqueza e importância, “a *bonne ville* não se define por si mesma, mas pela dupla relação que mantêm com o rei e com o reino, sua principal característica reside em sua ligação direta com a autoridade do rei.”<sup>33</sup>

A *bonne ville* não se integra necessariamente em um esquema institucional rigoroso. Além de ser capaz de gerir seus próprios negócios, a cidade desfruta de certo grau de autonomia. Partindo-se dessas características, compreendemos sua relevância em um período de conflito: além de fonte de recursos financeiros, pois arcavam com pesados impostos, possuíam uma poderosa capacidade defensiva, visto que destinava grande parte de seus recursos a seu poderio militar. Assim, obter o apoio destas cidades era essencial em qualquer conflito. Por este motivo, tanto as correspondências emitidas pelo rei, como podemos observar na carta de agosto de 1412, quanto as escritas pelos nobres em disputa eram enviadas às *bonne villes* do reino.

Todavia, não eram apenas as cidades francesas que colocavam a comunicação como uma prioridade. Os mercadores italianos também possuíam um sistema de comunicação eficiente, pois “tinham necessidade de saber o mais rápido possível vicissitudes políticas, uma vez que o bom funcionamento de seus negócios depende destas”<sup>34</sup>. Dessa forma, era fundamental tomar conhecimento das alternâncias no poder, mas também dos bloqueios em rotas de transportes de mercadorias, cidades cercadas ou sitiadas, impostos e limitações fiscais, entre outros.

Além de prover informações aos seus destinatários, as cartas que circulavam pelo reino também tinham como objetivo a obtenção de apoio à causa de seus remetentes ou a destruição da reputação de seus adversários. Gauvard alerta que os homens com poder sabiam também como manipular a informação e a utilizar como propaganda. Entretanto, é necessário ter cuidado com o emprego da expressão

---

<sup>33</sup> GUILLOT; RIGAUDIÈRE; SASSIER, 1998, p. 194. Sobre as *bonnes villes*, ver CHEVALIER, Bernard. *Les bonnes villes de France, du XIV<sup>e</sup> au XVI<sup>e</sup> siècle*. Paris: Éditions Aubier Montaigne, 1982.

<sup>34</sup> PONS, 1997, p. 417.

propaganda e “não interpretar todos os textos medievais destinados ao público como objetos de uma propaganda constante e difundida”<sup>35</sup>.

## **Conclusão**

No contexto francês, especialmente nos dois últimos séculos do período medieval, as cartas constituíam o principal veículo de difusão de notícias. Com a crescente centralização do poder, a administração real foi se organizando de forma a dar conta de suas atividades e, com isso, surgiram órgãos especializados.

A documentação produzida era variada, mas podem ser classificadas de acordo com sua finalidade e abrangência do público ao qual estavam direcionadas. Dessa forma, dentre os vários tipos de documentos produzidos, é possível distinguir dois grandes grupos: as cartas destinadas a informar um número restrito de destinatários e as ordenanças reais, cujo poder normativo e de afirmação do poder real necessitava de publicidade para sua eficiência.

A publicidade dos documentos era realizada através do envio de cópias das cartas reais para as cidades do reino. Além disso, com a leitura pública destes, o público atingido era maior que o número de pessoas letradas. Essas considerações apontam para a capacidade de comunicação dentro do reino, mobilizando cidades e indivíduos. As cartas eram um importante instrumento para a administração do reino e para a circulação de notícias, o que evidencia seu papel como recurso na dinâmica política do período.

---

<sup>35</sup> GAUVARD, 2008, p. 42.

## CAPÍTULO 2 - COMUNICAÇÃO NÃO-ESCRITA

Conforme discutido no capítulo anterior, as cartas eram o principal meio de difusão de notícias utilizados na França no final do período medieval. E, apesar da restrição imposta pelo baixo índice de alfabetização, a leitura pública desses documentos permitia a ampliação do público atingido.

Assim, o oral e o escrito atuavam de forma complementar, permitindo que uma parcela maior dos súditos do reino tomasse conhecimento das ordenanças reais, por exemplo. Além da leitura pública, existiam outras formas de difusão da informação que não utilizavam textos, estratégias de comunicação que independiam de um intermediário letrado para sua eficiência. Símbolos, ilustrações, objetos e construções tinham o poder de comunicar e de transmitir mensagens.

Dessa forma, podemos distinguir os veículos de transmissão de mensagens entre os relacionados com as palavras, escrita e falada, e os que utilizavam símbolos como forma de comunicação. Roupas, objetos, ornamentos, construções poderiam ter como objetivo a transmissão uma mensagem sobre poder, prestígio e autoridade<sup>36</sup>.

As cores também tinham um papel na identificação das afinidades política. Em 1412, Nicolas de Baye registrou a oposição feita ao rei daqueles *sob as cores* dos que favorecem o Duque de Orléans.

Neste dia, foram apresentadas na Câmara cartas, totalmente contrárias às que foram apresentadas na segunda-feira última passada, lidas e registradas, por essas últimas o Rei recebeu em oposição daqueles que tinham sido nomeados durante a guerra dos senhores de sangue real e que expulsaram todos os que estavam lá antes, sob as cores dos que favoreceram contra Roy a parte do duque de Orléans<sup>37</sup>.

---

<sup>36</sup> HUTCHINSON, Emily. Partisan Identity in the french civil war, 1405-1408: reconsidering the evidence in livery badges. *Journal of Medieval History*, 33, 2007, p. 253.

<sup>37</sup>“Ce jour, ont esté presentées en la Chambre unes lettres, toutes contraires à unes qui furent lundi derrainement passé presentées ceans, leues et enregistrées, par lesquelles derrenieres le Roy reçoit à opposition ceulx qui avoient este mis es offices durant la guerre des seigneurs du sanc royal, et qui avoient bouté hors ceulx qui y estoient par avant, *soubz couleur* de ce que favorisoient contre le Roy la partie du duc d’Orléans”. BAYE, Tomo II, p. 90.

A narrativa permite acompanhar uma estratégia utilizada durante o conflito entre os nobres. Apesar de mencionar o conflito entre os senhores de sangue real, como o Duque de Borgonha havia saído bem-sucedido do último embate e desfrutava de maior influência na corte, a oposição do Duque de Orléans era vista como uma oposição ao próprio rei.

Adotar as cores de um dos príncipes indicava o apoio a sua causa, os adereços portando as cores poderiam ser usados por todos: “aliados, vassalos, pessoal do castelo assim como parentes do príncipe”<sup>38</sup>. Os apoiadores do Duque de Borgonha utilizavam capuzes verdes, a cruz de Santo André e plaina do carpinteiro como símbolos seu apoio.

E logo após a entrada ditos homens armados, todas as gentes e senhores que permaneceram em Paris tomaram e portaram o símbolo do Duque de Borgonha e a cruz de Santo Andre e igualmente todos os outros burgueses e habitantes, mulheres e crianças da cidade de Paris, para quem, na maior parte, a entrada era muito alegre e agradável<sup>39</sup>.

Assim, com o retorno triunfal do Duque de Borgonha a Paris, seus apoiadores vestiram suas insígnias. Além das cores, a identificação da adesão também se demonstrava através do uso de distintivos. Estes poderiam ser confeccionados em bronze e possuíam símbolos da casa que representavam. Os símbolos escolhidos para orná-los poderiam conter uma mensagem relacionada com a proposta defendida por um dos duques ou poderia ser escolhido como resposta à insígnia rival.

A análise dos emblemas utilizados pelos apoiadores do duque de Orléans e do Duque de Borgonha demonstrou que esses objetos tinham um significado mais amplo, que sua função ia além da identificação da adesão de um indivíduo. Os emblemas foram utilizados pelos duques como forma de propaganda, como ferramenta para difundir uma mensagem. O uso da plaina do carpinteiro como símbolo da casa de Borgonha remonta ao ano de 1405 e foi escolhida para representar sua oposição à casa de Orléans cujo símbolo era uma vara nodosa<sup>40</sup>.

---

<sup>38</sup> BEAUNE, Colette. *Joana d'Arc: uma biografia*. São Paulo: Globo, 2006, p. 243.

<sup>39</sup> “Et asses tost après l'entrée et venue desdictes gens d'armes, toutes les gens et des seigneurs qui estoient demourez à Paris prindrent et porterent l'enseigne du duc de Bourgongne et la crois Saint Andry, et pareillement touz autres bourgeois, et habitans, femmes et enfans de la ville de Paris, ausquelz, pour la plus grant partie, ladicte entrée fust moult joyeuse et agreable” .FAUQUEMBERGUE, Tomo I, p. 128.

<sup>40</sup> BEAUNE, 2006, p. 243.

Segundo a historiadora canadense, Emily Hutchinson,

os distintivos eram virtualmente sem sentido, a menos que fossem considerados em seu contexto social apropriado. Como cada emblema estava intimamente associado aos dispositivos de sua família, aliados ou inimigos, todos os distintivos derivaram seu próprio significado individual do diálogo entre eles. Durante as disputas, este elemento foi particularmente importante, como foi o caso da "guerra de emblema" entre o duque de Borgonha e o duque de Orléans, a partir de 1405<sup>41</sup>.

Emily Hutchinson considera que a distribuição desses emblemas facilitava a difusão das mensagens para uma parcela mais ampla da sociedade<sup>42</sup>. Segundo a autora, o esforço empreendido pelo duque de Borgonha, João sem Medo, ao distribuir distintivos aos seus apoiadores foi recompensado com a formação de uma identidade comum borgonhesa, uma comunidade que partilhava dos mesmos interesses e que serviria para influenciar a opinião pública a seu favor<sup>43</sup>.

De forma semelhante, o oferecimento de objetos às igrejas, troféus dos derrotados (espadas, estandartes, armaduras) ou pertences dos vencedores, bem como a construção de capelas ou monastérios, podem ser considerados como veículos de difusão de propaganda de guerra<sup>44</sup>. No final do período medieval, existiam numerosos recursos utilizados para demonstração de poder e cooptação de aliados. O medievalista francês, Phillippe Contamine, elenca entre os meios alternativos de difusão de propaganda uma série de recursos que não necessitavam da palavra escrita, tais como discursos e sermões, orações públicas, predições e profecias, troféus de guerra, fundação de capelas, procissões, estandartes e canções. Veículos de difusão de mensagens que, juntamente com um grande número de materiais imagéticos produzidos nos séculos XIV e XV, constituem um testemunho da dinâmica política do período<sup>45</sup>.

Esse dinamismo deve ser entendido dentro das limitações da época e não pode ser extrapolado. A necessidade de comunicar públicos não-letrados indica que a circulação de determinada informação era relevante fora dos círculos da nobreza. No

---

<sup>41</sup> HUTCHINSON, 2007, p. 257.

<sup>42</sup> HUTCHINSON, 2007, p. 265.

<sup>43</sup> HUTCHINSON, 2007, p. 252.

<sup>44</sup> CONTAMINE, Phillippe. Aperçus sur la propagande de guerre, de la fin du XIIe au XVe siècle: les Croisades et la Guerre de Cents Ans. In: Camarosano, P. Le forme della propaganda politica nel due e nel trecento. Ed. P. Rome, 1994, pp. 10-11.

<sup>45</sup> CONTAMINE, Phillippe. *Guerre, État et société à l fin du Moyen Âge: Études sur les armées des rois de France, 1337-1494*. Paris: Éditions de l'École des hautes études em sciences sociales, 2004, p. 302.



contexto de disputa entre armanhaques e borguinhões, o estabelecimento de alianças e de uma opinião pública favorável tornava necessário que a comunicação não ficasse restrita à corte.

Dessa forma, assim como os símbolos e emblemas, a publicidade das informações também poderia ser ordenada de acordo com interesses pessoais e poderia estar ou não provida de intencionalidade. Mas, independentemente da intenção do emissor do conteúdo, destaca-se a possibilidade de troca de informações entre os indivíduos, sem a necessidade do conhecimento da escrita por seus receptores.

Nesse sentido, certos personagens desempenham um papel fundamental na circulação de informações. Os artistas itinerantes, cantores, contadores de histórias e intérpretes atuavam como difusores de notícias pelas cidades do reino. Isso permitia que as novidades fossem transmitidas oralmente em diferentes locais<sup>46</sup>.

As canções, difundidas por estes artistas, tinham muitas vezes “uma vocação política.” Seu conteúdo tinha um alcance muito maior que sua leitura/representação oficial, pois elas eram repetidas pelo público. Entretanto, assim como em relação às cartas, temos que ter cuidado ao atribuir a estas manifestações uma grande amplitude e qualificá-las como “populares.”

Os poemas com temática política, produzidos na Inglaterra no século XIII, foram analisados por José Roberto Mello. Ao apresentar as fontes utilizadas em sua investigação, o autor descreve a dificuldade de classificar a poesia produzida no período devido à diversidade de forma extensão e conteúdo. A isto, o autor acrescenta que

dificuldades semelhantes despontam quando tentamos identificar a sua procedência social e audiência a que se destinavam, pois ao lado de longos poemas em latim – certamente confinados nos limites das comunidades eclesíásticas – aparecem refrões populares em inglês, acompanhados de notação musical, cantadas, sem dúvida pelo populacho ou por vates populares. Portanto é preciso ter sempre em mente tais variações para não se tomar muito ao pé da letra os designativos de populares ou de representantes da opinião pública<sup>47</sup>.

---

<sup>46</sup> GAUVARD, 2008, p. 30.

<sup>47</sup> MELLO, 1988, p. 200.

As práticas religiosas também tiveram um papel fundamental na difusão de informações. Além da atuação dos membros das ordens mendicantes como leitores e seu papel na formação da opinião pública através de suas pregações, as missas e procissões, por exemplo, reuniam um grande número de pessoas o que tornava esses eventos favoráveis para a difusão de informações e especialmente de propaganda.

## **Procissões**

No contexto de disputa política entre armanhaques e borguinhões, a obtenção do apoio de determinados grupos era fundamental e os duques utilizavam de vários recursos para cooptar o apoio da maioria. Entretanto, o interesse em formar alianças poderia variar de acordo com importância e benefícios gerados. A Universidade de Paris, assim como outros componentes da capital – representantes dos grandes corpos de Estado, do clero e da cidade de Paris - eram aliados poderosos, pois através de seus membros poderia se para garantir a legitimidade de determinados atos. Dessa forma, entre 1410 e 1411, a Universidade se tornou um objeto de disputa entre os príncipes.

A formação da aliança com a Universidade de Paris foi empreendida pelos duques, entretanto as estratégias adotadas eram muito diferentes. Enquanto os armanhaques se esforçavam por justificar sua conduta através de uma vasta campanha de cartas (fevereiro-julho), o Duque de Borgonha procurou conquistar aliados através da distribuição de tonéis de vinho, entre junho e setembro de 1411<sup>48</sup>.

A importância da aliança com a Universidade de Paris também estava relacionada com sua capacidade de difusão de propaganda. A partir do século XIII, os teólogos da Universidade participavam, por seus pregadores e procissões públicas, do enquadramento religioso dos fiéis, em particular, e da manutenção da ordem social, em geral.

---

<sup>48</sup> TOURNIER, Laurent . *Jean sans Peur et l'Université de Paris*. In.: Paravicini, Werner. Schnerb, Bertrand. *Paris, capitale des ducs de Bourgogne*, Ostfildern, Jan Thorbecke Verlag, coll. « Beihefte der Francia » (n° 64), 2007, p. 306.

A pregação, a disputa e a leitura pública de documentos eram funções tradicionais atribuídas aos teólogos<sup>49</sup> e essas ocasiões eram favoráveis para o convencimento do público sobre determinado ponto de vista. Além disso, a mobilização dos fiéis em procissões poderia ser utilizada como forma de pressão. Observando a documentação do Parlamento, em diversas ocasiões, não houve sessão no Parlamento, pois seus conselheiros estavam participando de procissões<sup>50</sup>.

As motivações para estes eventos podem ser resumidas em um desejo amplo: o fim da guerra. Claramente, este é o principal motivo deste tipo de manifestação, entretanto, analisando uma amostra extraída dos relatos do Parlamento, podemos subdividi-las em categorias mais específicas como: o fim da guerra entre senhores de sangue real;<sup>51</sup> pela paz e saúde do rei;<sup>52</sup> para celebrar tratado de paz;<sup>53</sup> pela paz;<sup>54</sup> pelo fim da guerra<sup>55</sup> e pela saúde do rei e prosperidade do reino.<sup>56</sup>

Segundo Beaune,

para os homens e mulheres da Idade Média, o mundo visível correspondia de várias formas ao invisível: ambos são criação de Deus e sua continuidade e existência dependem Dele. Como as orações serviam como uma linha invisível que mantinha os dois unidos, parecia adequado orar pelo rei e pelo reino que o Criador fez.<sup>57</sup>

Para a autora, as orações pela paz e estabilidade do reino representam a falta de termos seculares para expressar as relações políticas diante de fenômenos que ainda não teriam um vocabulário político estabelecido.

As procissões, segundo Contamine, se enquadram como “meios utilizados durante os últimos séculos da Idade Média para difusão da propaganda de guerra”<sup>58</sup>. Além disso, também favoreciam a difusão de informações, pois reuniam um grande

---

<sup>49</sup> TOURNIER, 2007, p. 307.

<sup>50</sup> GUENÉE, Bernard. *O Ocidente nos séculos XIV e XV: os Estados*. São Paulo: Pioneira, 1981, p. 72.

<sup>51</sup> BAYE, Tomo II, p. 21

<sup>52</sup> BAYE, Tomo II, p. 67, 70, 73, 185, 186; FAUQUEMBERGUE, Tomo I, p. 299.

<sup>53</sup> BAYE, Tomo II, p. 83; FAUQUEMBERGUE, Tomo I, p. 306-307.

<sup>54</sup> BAYE, Tomo II, p. 122; FAUQUEMBERGUE, Tomo I, p. 116.

<sup>55</sup> FAUQUEMBERGUE, Tomo I, pp. 149, 188, 265

<sup>56</sup> FAUQUEMBERGUE, Tomo I, pp. 202-203, 207, 208, 209, 289, 300, 328, 346; Tomo II, pp. 14, 24, 25, 33, 39, 42, 88.

<sup>57</sup> BEAUNE, Colette. *The birth of an ideology: myths and symbols of nation in late-medieval France*. Berkeley: University of California Press, 1991, p.13.

<sup>58</sup> CONTAMINE, 1994, p. 8-10.

número de pessoas e, nessas ocasiões, a comunicação poderia ser direcionada a um determinado fim, como o convencimento do grupo. Mas este também era o espaço da comunicação espontânea, da troca de notícias entre os indivíduos.

Esse fenômeno nos coloca diante de outro tipo de conteúdo de informação: o rumor. O rumor pode ser definido como uma informação cujo meio de difusão e o conteúdo não são oficiais. Colette Beaune considera o rumor como uma proposição “destinada a ser veiculada oralmente sem que se possa verificar sua exatidão. O boato é, portanto, da ordem do provável mais do que do verdadeiro, embora circule apenas se for considerado verdadeiro”<sup>59</sup>.

Beaune afirma que o rumor aparece em condições específicas de tensão interna e externa, principalmente diante da falta de notícias oficiais<sup>60</sup>. Dessa forma, a angústia da falta de informações pode potencializar um rumor sobre um assunto temido pelo grupo.

Em 1418, as tropas de João sem Medo conseguiram entrar em Paris, que estava sob domínio armanhaque. Junto com o furor das tropas inimigas, a população oprimida pela política fiscal saiu às ruas, e uma violência descontrolada tomou conta da multidão. A fúria foi aumentada por rumores de tropas aliadas ao conde de Armagnac cercando Paris para resgatá-lo.<sup>61</sup> Segundo Fauquembergue, algumas pessoas de "*petit estat*" temendo pela libertação do conde de Armagnac, invadiram as prisões e mataram o conde e seus apoiadores, que “[...] consentiram e eram culpadas das guerras e divisões e do governo menor que houve no reino”<sup>62</sup>.

## Conclusão

O baixo índice de alfabetização durante o período medieval restringiu, mas não impediu a comunicação entre os indivíduos. Símbolos, imagens e práticas foram utilizados como forma de transmitir mensagens à comunidade.

---

<sup>59</sup> BEAUNE, 1993, p.191.

<sup>60</sup> Idem.

<sup>61</sup> FAUQUEMBERGUE, Tomo I, p. 135.

<sup>62</sup> “[...]qui avoient esté consentans et coupables des guerres et divisions et du petit gouvernement qui avoient este en ce royaume” FAUQUEMBERGUE, Tomo I, p. 136,

O potencial desses recursos foi explorado durante a guerra entre armanhaques e borguinhões, possibilitando a difusão de propaganda entre pessoas não-letradas. Juntamente com essas práticas, os discursos foram um elemento fundamental para obtenção de apoio e legitimação de determinados atos.

Dado que a alfabetização estava limitada aos círculos da nobreza e do clero, a frequente utilização de recursos não escritos indica a importância de atingir uma parcela maior da população. Nesse sentido, a Universidade de Paris foi um elemento-chave para a disputa. Além de seu potencial legitimador diante das esferas judiciárias do reino, a Universidade tinha o poder de mobilizar grandes grupos de habitantes de Paris. As procissões, por exemplo, reuniam um grande número de indivíduos e constituíam um evento favorável para pregação e discursos. Além disso, a reunião de pessoas era terreno fértil para a disseminação de informações oralmente

Dessa forma, temos indícios da necessidade de mobilização da população no contexto do conflito entre armanhaques e borguinhões, o que implica reconhecer a dinâmica política em sua capacidade de negociação e articulação de indivíduos a favor ou contra uma causa.

## CONCLUSÃO

A capacidade de estabelecer um sistema de comunicação é uma das bases do funcionamento da vida em sociedade. Comunicamos, convencemos, informamos, nos tornamos aliados ou oponentes conforme as informações que dispomos. E, de acordo com a complexidade da formação social, a comunicação também deve evoluir, tornando-se mais sofisticada e eficiente.

Em grande medida, o dinamismo político pode ser associado à comunicação: o estabelecimento de alianças através de acordos, a mobilização de grupos de apoio através da propaganda, a habilidade de construir uma opinião pública favorável. A partir da ligação entre comunicação e a dinâmica política, esta foi negada ao período medieval devido à inexistência de veículos de comunicação em massa. Essa associação relega a Idade Média a um período onde a sociedade viveria engessada em suas categorias sociais.

A ausência da imprensa aliada ao baixo índice de alfabetização constituíram fatores para a negação da possibilidade de existir comunicação direcionada ao convencimento dos indivíduos, ou seja, a propaganda. Entretanto, observando-se as fontes do período, é possível identificar mecanismos alternativos de comunicação.

Nesse sentido, os séculos XIV e XV são exemplos da articulação da comunicação, de forma a estruturar uma rede de difusão de informações relacionado com a centralização do estado. Além disso, neste período a França esteve em constante conflito, tanto interno quanto externo, e a circulação das notícias constituía uma necessidade para a manutenção da segurança e das atividades cotidianas, tais como o comércio.

As cartas foram o principal veículo de comunicação utilizando a escrita como suporte. Apesar da limitação imposta pelo número de pessoas letradas, a utilização de intermediários, que realizavam a leitura pública desses documentos, ampliou o número de indivíduos que poderiam ser atingidos pelas informações veiculadas.

Tal consideração não deve sugerir uma democratização do acesso à informação, apenas sugere a possibilidade de ampliação do público. E, dessa forma, nos permite

entender as estratégias utilizadas pela nobreza em conflito, que buscando ampliar sua rede de alianças, empreenderam diversos mecanismos de propaganda.

Apesar de ser possível identificar um direcionamento na divulgação das notícias, tendo como objetivo promover ou difamar determinada pessoa ou evento, é incorreto assumir que todas as manifestações tinham uma intencionalidade. Em um contexto de conflito, as pessoas conversavam em busca de atualizações sobre a situação. Nessas ocasiões, os rumores misturavam informações verdadeiras e informações não verdadeiras, tendo em comum a plausibilidade.

Apesar de não usufruir de um sistema completamente eficiente de comunicação, existiram vários mecanismos destinados a permitir a circulação de informações durante o período medieval. Isso significa que mesmo diante da ausência da imprensa e de mecanismos de comunicação em massa, isso não implica na inexistência de uma dinâmica política que operava dentro das limitações e possibilidades tecnológicas existentes no período.

## BIBLIOGRAFIA

### Fontes

BAYE, Nicolas. *Journal*. In.: TUETÉY, Alexandre. *Journal de Nicolas de Baye, greffier du Parlement de Paris, 1400-1417*. Paris: Société de l'histoire de France, 1885.

FAUQUEMBERGUE, Clément de. *Journal (1417-1435)*. TUETÉY, Alexandre (Ed.). Paris: Société de l'histoire de France, 1815.

### Bibliografia

Anônimo, *Journal d'un Bourgeois de Paris: 1405-1449*. BEAUNE, Colette (Ed.). Librairie Générale Française, 1990.

AUBERT, Felix. *Histoire du Parlement de Paris de l'origine a François I<sup>er</sup> 1250-1515*. Paris: Alphonse Picard et Fils editeurs, 1894. Disponível em: <http://archive.org/stream/histoireduparlem01aubeuoft#page/n9/mode/2up>

\_\_\_\_\_. *Le Parlement de Paris, de Philippe le Bel à Charles VII (1314-1422): sa compétence, ses attributions*. Genebra: Megariotis Reprints, 1977. Disponível em: <ark:/12148/bpt6k7110x>

\_\_\_\_\_. *Le Parlement de Paris, de Philippe le Bel à Charles VII (1314-1422): son organization*. Genebra: Megariotis Reprints, 1974. Disponível em: <ark:/12148/bpt6k7110x>

BEAUNE, Colette. *The birth of an ideology: myths and symbols of nation in late-medieval France*. Berkeley: University of California Press, 1991.

\_\_\_\_\_. *Joana d'Arc: uma biografia*. São Paulo: Globo, 2006.

\_\_\_\_\_. *La rumeur dans le Journal du Bourgeois de Paris* In: *Actes des congrès de la Société des historiens médiévistes de l'enseignement supérieur public*. 24<sup>e</sup> congrès, Avignon, 1993. pp. 191-203.

CHEVALIER, Bernard. *Les bonnes villes de France, du XIV<sup>e</sup> au XVI<sup>e</sup> siècle*. Paris: Éditions Aubier Montaigne, 1982.

CONTAMINE, Philippe. *Aperçus sur la propagande de guerre, de la fin du XII<sup>e</sup> au XV<sup>e</sup> siècle: les Croisades et la Guerre de Cents Ans*. In: Camarosano, P. *Le forme della propaganda política nel due e nel trecento*. Ed. P. Rome, 1994, p. 5-27.



\_\_\_\_\_. *Guerre, État et société à la fin du Moyen Âge: Études sur les armées des rois de France, 1337-1494*. Paris: Éditions de l'École des hautes études em sciences sociales, 2004.

\_\_\_\_\_. (org.) *Le Moyen Agê: Le roi, l'église, les grands, le peuple (481-1514)*. Paris: Éditions du Seuil, 2002.

GAUVARD, Claude. Qu'est-ce que l'opinion avant l'invention de l'imprimerie. In: *Rendez-vous de l'Histoire* (Blois, 2007). Editions Pleins Feux, 2008.

\_\_\_\_\_. Le roi de France et l'opinion publique à l'époque de Charles VI

In: *Culture et idéologie dans la genèse de l'État moderne. Actes de la table ronde de Rome (15-17 octobre 1984)* Rome: École Française de Rome, 1985. pp. 353-366.

GRANSDEN, Antonia. Propaganda in English medieval historiography. *Journal of Medieval History* 1 (1975), 363-382.

GUILLOT, O.; RIGAUDIÈRE, A.; SASSIER. *Pouvoirs et institutions dans la France médiévale: Des temps féodaux aus temps de l'État*. Paris: Armand Colin, 1998.

MAIREY, Aude. Les langages politiques au Moyen Âge (XIIe-XVe siècle). In.: *Médiévales*, 57 | outono 2009, online em 18 de janeiro de 2012. Último acesso: 16 de janeiro de 2013. Disponível em: <http://medievales.revues.org/5797>.

MELLO, José Roberto de Almeida. Poesia política e relações anglo-francesas no século XIII. In: *Revista de História, USP*, n. 119 (jul/set 1985-1988). pp. 199-212.

PONS, Nicole. Information et rumeurs: quelques points de vue sur des événements de la Guerre civile en France (1407-1420). In.: *Revue Historique*, T. 297, Fasc. 2 (602) (AVRIL-JUIN 1997), pp. 409-433 Published by: Presses Universitaires de France Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/40956095> .

SCHNERB, Bertrand. *Armagnacs e Bourguignons: La maudite guerre 1407-1435*. Paris: Perrin, 2001.

\_\_\_\_\_, *L'Etat Bourguignone: 1363-1477*. Paris: Perrin, 2005.

TOURNIER, Laurent . *Jean sans Peur et l'Université de Paris*. In.: Paravicini, Werner. Schnerb, Bertrand. *Paris, capitale des ducs de Bourgogne*, Ostfildern, Jan Thorbecke Verlag, coll. « Beihefte der Francia » (n° 64), 2007, p. 299-318. Disponível em: [http://www.perspectivia.net/publikationen/bdf/paravicinischnerb\\_paris/tournier\\_universite](http://www.perspectivia.net/publikationen/bdf/paravicinischnerb_paris/tournier_universite)